



“Aborteira”, mas mãe! o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos entre a subjetividade e a política

“Abortionist”, but mother! the debate on sexual and reproductive rights between subjectivity and politics

*Aline Beatriz Pereira Silva Coutinho*¹

*Marcela Boni Evangelista*²

RESUMO

O artigo pretende contextualizar e analisar os relatos de mulheres que após serem mães realizaram um aborto, assim como aquelas que abortaram e posteriormente se tornaram mães no Brasil da virada do século XX para o XXI. Sendo ambas as temáticas vistas como excludentes devido tanto à naturalização do exercício da maternidade quanto ao julgamento do ato de abortar pela sociedade, entendemos a necessidade de se debater as ações relacionadas à autonomia reprodutiva das mulheres à luz de suas agências, experiências e realidades vividas. Para isso, o artigo se baseia na História Política e nos Estudos de Gênero, percebendo a reprodução e o aborto como questões políticas a serem discutidas no espaço público e que são formuladas a partir das diferenças de poder entre gênero e sexo; além disso, as fontes orais aqui utilizadas serão analisadas a partir da metodologia produzida pela História Oral.

PALAVRAS-CHAVE: Aborto. Maternidade. Estudos de Gênero. História Oral. História Política.

ABSTRACT

The article aims to contextualize and analyze women who become mothers and had an abortion as well the women who had abortions and became mothers during the turn of the 20th to the 21st century in Brazil. Both themes are seen as excluding due to the naturalization of motherhood and the abortion judgment by society. Thus, we understand the need to discuss the actions related to women's reproductive autonomy on the reflection of their agencies, experiences, and lived realities. The article is supported on Political History and Gender Studies, comprehending reproduction and abortion as political issues to be discussed in the public space and formulated from the power differences between gender and sex. Furthermore, we analyzed the oral sources from the methodology produced by Oral History.

¹ Graduada em História pela UNIRIO (2014), é Especialista em Gênero e Sexualidade pelo IMS (2016) e Mestranda em História - ambos pela UERJ. Atualmente é pesquisadora do LEDDES/UERJ e coordenadora do GT de Gênero da Anpuh/RJ. E-mail: alinebeatrizcouthino@gmail.com

² Tem graduação (2005), Mestrado (2011) e Doutorado (2017) em História pela USP. Atualmente é professora da Faculdade de Educação da UNICAMP, pesquisadora do Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO-USP) e do Grupo de Pesquisa em Gênero e História da USP (GRUPEG). E-mail: marcela.boni@gmail.com

KEYWORDS: Abortion. Maternity; Gender Studies. Oral History. Political History.

* * *

Introdução

Neste artigo, pretendemos realizar uma reflexão que traz à tona experiências de aborto e maternidade. Inicialmente identificadas como polos opostos e excludentes, causam nos discursos produzidos formal e informalmente a impressão de que a mulher que aborta é aquela que rejeita a maternidade, seja porque não deseja ser mãe ou por sua irresponsabilidade diante de uma vida sexual ‘desregrada’ – que não segue os padrões estabelecidos pelas normas de gênero e sexualidade baseados na monogamia/exclusividade nas relações sexuais.

Essa visão corrobora o estatuto que a maternidade possui em nossa sociedade, perpassado pela naturalização do papel social conferido às mulheres. Se a essência feminina reside na maternidade enquanto desejo e natureza, o aborto corresponderia à anomalia. Dessa forma, o aborto é uma prática passível de punição e julgamento – tanto moral quanto penal. Partindo dessa compreensão, as ‘aborteiras’, as perpetradoras desse ato, seriam mulheres que não atendem ao seu ‘destino’ traçado por uma suposta natureza inata.

Um imaginário tem sido elaborado nesse sentido e atribuído às mulheres que abortam a ideia de pessoas insensíveis e incapazes de amar os próprios filhos. Nada mais terrível em um universo que idealiza a maternidade. Mas o que dizer das mulheres que são mães e abortam? E daquelas que abortam e posteriormente se tornam mães? Essas são as perguntas que guiam as análises que se pretende abordar nesse artigo.

Para isso, o artigo tem como proposta se fundamentar no entrelaçamento das bases da História Política, dos Estudos de Gênero e da

História Oral. Esses serão os guias para a produção das análises propostas em torno da relação entre as temáticas de reprodução – especialmente da prática do aborto – e a maternidade. Assim sendo, o artigo está dividido em três partes: a primeira ‘Um olhar teórico e metodológico’ onde explicamos as bases de compreensão analítica e formulação metodológica das análises a serem realizadas; a segunda ‘Contextualizando a questão do aborto’, momento em que se expõe a trajetória sociopolítica do ato do aborto, pontuando momentos de tensionamento e debate no Brasil em relação ao tema e a terceira ‘Aborteiras, mas mães! Isso é possível?’ em que há a análise das fontes orais provenientes das entrevistas.

Um olhar teórico e metodológico

Podemos considerar que o artigo se insere no campo da História Política juntamente aos Estudos de Gênero e a História Oral. Esses três campos têm se renovado/desenvolvido principalmente a partir da segunda metade do século XX, em uma perspectiva de abertura de novas concepções e análises na área da História.

A partir da década de 1980, há uma renovação da forma como a História Política era entendida, ocorrendo uma nova compreensão sobre o político – parte componente da realidade social ainda que com determinada autonomia – e uma ampliação do entendimento sobre seu universo. Sendo o político uma construção tanto concreta quanto abstrata, que se detecta no domínio dos espaços privado e público – se dilatando e retraindo dependendo do espaço-temporal –, entende-se que em determinados momentos, certas temáticas passam a ser inseridas nessa esfera.

No caso em específico da temática abordada nesse artigo: a centralidade da reprodução (e contracepção), particularmente do aborto e em relação à maternidade, deve ser analisada como um desses casos/momentos

no decorrer da segunda metade do século XX. O historiador René Rémond expõe que:

(...) setores, durante muito tempo mantidos longe da política, passam às vezes para a esfera do político, assim, há duas ou três décadas, (...) aquilo que dizia respeito à cultura, à ciência ou à vida torna-se objeto de decisão política, suscitar uma legislação, nutrir controvérsias políticas: a legalização da interrupção voluntária da gravidez e (...) alimentaram a crônica propriamente política. (RÉMOND, 2003, p. 443)

A temática da reprodução – e, portanto, da maternidade – com seus tensionamentos, disputas e conflitos sempre foi uma questão política – ainda que não reconhecida plenamente como tal antes do século XX. Ainda assim, a partir da segunda metade do século XX, com o ingresso de pautas anteriormente ditas de foro íntimo na esfera do político, vemos importantes transformações socioculturais ocorrendo, modificando as mentalidades e os costumes relacionados à sexualidade, matrimônio, gravidez e aborto, por exemplo, no decorrer do século XX e adentrando o XXI.

Outro ponto a ser abordado é a compreensão de que a História Política renovada também se insere nos processos de longa duração. Esse ponto é particularmente relevante para a reflexão que pretendemos elaborar, relacionada à aplicação do conceito de gênero. Partindo dos Estudos de Gênero, e particularmente do conceito de gênero – produzido na articulação realizada na diferença entre gênero e sexo conjuntamente com a noção de poder, como formulado inicialmente por Joan Scott (1995; 2008) – compreende-se que há relações de poder produzidas tendo por base as diferenças entres os sexos.

Sendo assim, essas relações – essencialmente políticas por estarem imiscuídas nos mais diversos espaços e esferas da sociedade – devem ser observadas como de longa duração, sendo provenientes do meio político, já que essa é uma prática social. Logo, a temática da reprodução e a questão do exercício (ou não) da maternidade, essencial no entendimento dessas relações

de poder entre homens e mulheres está, dessa forma, calcada no político e ancorada nas sólidas bases interdisciplinares da História Política.

Para desenvolver as análises aqui produzidas, optamos pela História Oral enquanto conjunto de procedimentos que atenta para a especificidade do tema ao mesmo tempo em que valoriza uma forma específica de produção de conhecimentos conectada aos estudos da História Política. Partimos, assim, da seguinte definição:

História oral é uma **forma de saber** que se estrutura em procedimentos específicos na condução de entrevistas e o posterior estabelecimento de documentos escritos. Os resultados devem, sempre que possível, ser submetidos à **análise**, tendo em vista a produção de conhecimentos temáticos e teóricos na contemporaneidade. A devolução pública e os cuidados éticos e com a preservação do material devem, por sua vez, constituir preocupação e compromisso permanente do pesquisador. (EVANGELISTA, 2017, p.41)

A partir deste conceito, procedemos à realização das entrevistas que foram posteriormente, transcritas e transcriadas. Ao final de sua conferência e validação, buscamos realizar uma análise que tivesse como ponto de partida menos nossos pressupostos do que aquilo que as histórias de vida traziam como elementos que poderiam ser observados em conjunto, atitude que ora procuramos desenvolver.

Contextualizando a questão do aborto

Falar sobre aborto no Brasil implica considerar sua magnitude comprovada em números exorbitantes de interrupção voluntária e ilegal da gravidez todos os anos. Além disso, envolve acionar os aspectos que perpassam tal experiência, bem como a centralidade das mulheres e de seus corpos. De acordo com a Pesquisa Nacional do Aborto de 2016 realizada pelos pesquisadores Débora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro, no ano de 2015 cerca de meio milhão de mulheres interrompeu voluntariamente a gestação, sendo possível estimar que, aos 40 anos, quase uma em cada cinco mulheres brasileiras fez um aborto. (Débora DINIZ, MEDEIROS, MADEIRO, 2016)

No país, a primeira menção jurídica de penalização a prática do aborto remete ao Código Criminal do Império de 1830, quando era prevista punição aos facilitadores do ato, ainda que a mulher não fosse punida por realizar seu próprio aborto. É a partir do Código Penal de 1890 que há a penalização da gestante que realizasse o aborto, ainda que se instituísse também o primeiro permissivo do aborto legal: em caso de risco de vida da gestante (Marcela EVANGELISTA; Aline COUTINHO, 2021). Mudanças não tão impactantes e expressivas se fizeram presentes na atual configuração sociopolítica brasileira em relação à temática da autonomia reprodutiva, ainda que haja avanços, com a expansão dos permissivos no Código Penal de 1940 quando de gravidez proveniente de estupro e em caso de anencefalia fetal – decidido pelo Supremo Tribunal Federal em 2012. Desse modo, a exclusão da possibilidade do exercício da autonomia reprodutiva por mulheres (e pessoas com útero) – exceto para os três casos denominados legais – somado à condição feminina marcada pelo patriarcado brasileiro, temos as mulheres como principais responsáveis pelo aborto.

A questão é ‘complexificada’ especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando a segunda onda feminista penetra o contexto brasileiro e configura momento propício para discussões relativas às mulheres para além da luta sufragista e por direitos educacionais e trabalhistas. Assim, o lema ‘o pessoal é político’, bem como temas referentes à vida privada, envolvendo aspectos voltados à sexualidade, violência e à liberdade das mulheres, passam a fazer parte da agenda dos movimentos sociais organizados por mulheres.

O aborto aparece invariavelmente enquanto demanda importante, ainda que com ressalvas relativamente restritivas que remetem à manutenção do papel social das mulheres enquanto mães, chefes de família, casadas oficialmente ou não. Ideias como planejamento familiar, ainda que representem avanços no que tange à atenção relacionada a demandas particulares e pessoais de mulheres, não conseguem contemplar noções

voltadas a sua autonomia sexual. Desta forma, os direitos sexuais e reprodutivos, ainda que suscitem aspectos afinados com a autonomia sexual, não conseguem se desvencilhar das já conhecidas naturalizações que remetem à mulher o lugar de mãe. Nesse sentido, a luta pelo direito ao aborto acaba por se circunscrever a uma espécie de manutenção do direito a uma maternidade menos problemática.

Inegavelmente as ações dos movimentos feministas refletiram em avanços e aprofundamentos de pesquisas sobre o assunto, que se desdobram em diferentes campos do conhecimento, tais como o Direito, a Saúde e as Ciências Sociais. O aumento dos estudos que têm o aborto como mote revela a necessidade social e política de problematizar uma questão de relevo social. As necessidades sociais em nível prático e urgente, contudo, conduzem tais estudos aos aspectos mais prosaicos do tema, que abordam eminentemente questões de saúde pública e classe social. Mesmo aqueles voltados para universos mais subjetivos, buscam contemplar a demanda social mais emergencial, que vislumbra danos imediatos tais como a morbi-mortalidade das mulheres e a vulnerabilidade de grupos específicos, reforçando estigmas e fomentando ações de exclusão.

Trata-se, portanto, de tema que envolve disputas políticas, morais e éticas. Intimidade e subjetividade, no entanto, acabam em segundo plano, o que pode ser justificado pela complexidade que remete à verdadeira colcha de retalhos de opiniões, sentimentos e sanções direcionadas de maneira incontestável às mulheres.

O aborto tem sido objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas, cujo crescimento pode ser observado principalmente desde a década de 1980. As áreas da Saúde (Elza BERQUÓ, 2003; BRASIL, 2009; MATOS, 2010; Wilza VILLELA; Regina BARBOSA, 2011) e do Direito (EMMERICK, 2008; Giulia GALEOTTI, 2007) são as que representam a grande maioria, de modo que os resultados remetem principalmente a questões de saúde pública e

relacionadas à criminalização desta prática no Brasil. As ciências humanas em geral também têm apresentado estudos na área da Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Psicologia (Fabíola ROHDEN, 2003; Alcilene CAVALCANTE; Dulce XAVIER, 2006; Danda PRADO, 2007; Mônica MAIA, 2008; MOTTA, 2015; MIGUEL; Flávia BIROLI, 2014, 2016) e, em menor medida, da História (Ana Paula MARTINS, 2004; Joana Maria PEDRO, 2003; EVANGELISTA, 2017).

É possível ainda identificar tal tendência em coerência com os avanços dos movimentos feministas que, no mundo todo, e no Brasil em particular, coincidem com inegável crescimento de estudos relacionados às mulheres. A relação entre ativismo/militância e produção de conhecimentos, nesse sentido, faz parte dos impulsos que trouxeram à tona desde então assuntos que eram considerados de foro íntimo (Michelle PERROT, 2015). Tal momento teria viabilizado a abordagem de questões que se referem a experiências específicas de mulheres em seus cotidianos e vidas privadas, com ênfase para a sexualidade, os direitos reprodutivos e as diferentes modalidades de violência que atingem particularmente este grupo (Cynthia SARTI, 2004; PEDRO, 2006). Nesta seara, ao iluminar elementos relacionados ao corpo feminino, o aborto é tema preponderante das agendas dos movimentos de mulheres, sendo assunto discutido em periódicos feministas principalmente a partir dos anos 1970 (Amelinha TELES; Rosalina LEITE, 2013, OLIVEIRA).

No caso brasileiro, a peculiaridade do contexto em que emergiram os feminismos de segunda onda auxilia na compreensão dos seus desdobramentos. Falamos de momento político marcado pelo regime ditatorial, em que as disputas mais evidentes colocavam na arena militante a luta de classes e pela democracia, sendo que as demandas “feministas e femininas”, consideradas mais específicas, eram também identificadas como de menor relevância, resultando em rupturas internas em segmentos da esquerda. Desta forma, as mulheres que passaram a se dedicar ao ativismo feminista buscaram alianças com setores da sociedade que pudessem

respaldar sua atuação. A Igreja Católica foi um desses grupos que, ao passo que apresentava apoio a certas demandas, como a violência contra as mulheres, imprimia severas restrições às abordagens sobre sexualidade, sobretudo, relativas ao aborto.

Grupos como o ‘Católicas pelo Direito de Decidir’ criado em 1993 no Brasil e a ‘Frente Evangélica pela Legalização do Aborto’ de 2017 junto ao ‘Evangélicas pela Igualdade de Gênero’ de 2015 mostram a existência de mobilizações femininas e feministas internas nas religiões, que atuam no questionamento dos postulados oficiais de tais matrizes religiosas, promovendo discussões que envolvem a situação de vulnerabilidade das mulheres em nossa sociedade. Em ambos os casos, a questão do aborto é reconhecida como crucial para o avanço da igualdade de gênero nessas religiões, abrindo um debate teológico por uma perspectiva feminista.

Com a redemocratização, as discussões e mobilizações feministas se aprofundam, devido não somente a nova configuração política no cenário nacional, mas também pelo retorno das mulheres exiladas que tinham vivido o movimento feminista em âmbito internacional. Assim, é na virada da década de 1970 para 1980 – e no decorrer desta – que o movimento feminista se torna um ator político de peso na arena sociopolítica brasileira, principalmente relacionada às mobilizações e reivindicações no que tange à violência contra a mulher e ao aborto, como percebido nos *slogans* ‘Quem ama não mata!’ e ‘Legalizar o aborto já!’.

Por meio do posicionamento de que o Estado é o responsável pela garantia dos direitos das mulheres, o movimento feminista articula políticas públicas de enfrentamento baseado em suas pautas, como percebido na criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) em 1985, das Delegacias de Atendimento as Mulheres (DEAM’s) e no ativismo pelo acesso e regulamentação do aborto legal nos hospitais públicos – que não tinha ainda sido efetivada. A intensa mobilização feminista dos anos 80

chegou à Constituinte em 1988, como atesta a inclusão de uma emenda constitucional que reivindica a legalização do aborto, defendida por Amelinha Teles que, embora não tenha atingido seus objetivos, demonstrava a força da questão e do debate que se formulou na sociedade (EVANGELISTA, 2017).

Somam-se a esse contexto continuidade dessas lutas durante a década de 1990 em uma amplitude global, com a elaboração de documentos internacionais que incentivam medidas governamentais para garantir a saúde sexual e reprodutiva. Exemplo disso são as Conferências do Cairo (1994) e Beijing (1995) que chancelaram a existência dos direitos sexuais e reprodutivos como parte integrante dos direitos humanos e foram ratificadas por diversos países – entre eles o Brasil – trazendo ao Estado a responsabilidade de sua garantia e execução.

Os debates políticos observados, sobretudo, a partir da década de 1990 denotam um movimento de poucos avanços em relação ao processo de descriminalização e/ou legalização do aborto, mas com progressos importantes relacionados à regulamentação e direcionamento do acesso ao aborto legal na maior parte do século XXI. A disputa sobre a questão do aborto realizada por atores políticos conservadores e religiosos, como a Igreja Católica e deputados federais neopentecostais pode ser observada na atualidade na quantidade significativa de projetos legislativos que atestam o interesse de bloquear (e mesmo retirar) qualquer avanço na direção do avanço na autonomia reprodutiva das mulheres. Ao mesmo tempo, também é inegável o crescimento e fortalecimento de ativismo de movimentos de mulheres que se unem em prol de sua legalização e na reivindicação de seus direitos, como visto em 2015 na manifestação da ‘Primavera das Mulheres’. (MIGUEL; BIROLI, 2014; MIGUEL; BIROLI, 2016; BIROLI, 2018). Exemplo de tais investidas foi a realização do I Encontro Nacional de Pesquisa e Ativismo sobre Aborto, que em 2017 reuniu centenas de pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam ao estudo deste tema e, conseqüentemente, lutam por avanços nos direitos das mulheres.

Em meio a tantas informações e tensões acerca do aborto, nos voltamos para aspecto nem sempre valorizado e pesquisado, o qual busca ouvir as mulheres que vivenciaram situações de aborto para, a partir de suas narrativas, promover um debate humanizado sobre o tema.

Aborteiras, mas mães! Isto é possível?

A pergunta parece ingênua diante da realidade exposta inclusive pelas estatísticas, segundo as quais:

Predominantemente mulheres entre 20 e 29 anos, em união estável, com até oito anos de estudo, trabalhadoras, católicas, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos, as quais abortam com misoprostol. (BRASIL, 2009, p. 14)

Para além dos detalhes que esse perfil permite aprofundar, nos detemos no que indica a maternidade – ‘pelo menos um filho’ – como mote para nossa reflexão, uma vez que nos debruçamos sobre a compreensão acerca da experiência de vivenciar numa mesma trajetória o aborto e a maternidade. Para esta ocasião, selecionamos entrevistas em que convergiram as experiências de aborto e maternidade.

A seguir são apresentadas as entrevistadas em cuja trajetória aborto e maternidade se fizeram presentes. Um resumo de suas narrativas é oferecido para que possamos humanizar minimamente o que as análises posteriores pretendem.

Giana é uma mulher de 63 anos, cuja história reflete a realidade de muitas. Aos 15 anos veio do interior de Minas Gerais para São Paulo, onde trabalhou em muitas atividades, como empregada doméstica, até conquistar um emprego melhor, como operária em uma multinacional. Em sua trajetória, uma história de amor adolescente desencadeia duas gestações não planejadas com o mesmo parceiro que, em ambos os casos, não assume os filhos. Com muitas dificuldades, cuida do filho mais velho e entrega o menor aos cuidados de um casal que se muda de endereço depois de um tempo sem deixar notícias.

A situação de aborto se passa em outro relacionamento, já mais madura, porém vivenciando um relacionamento abusivo. A interrupção da gravidez se dá em segredo, porém os desdobramentos a colocam em risco e algumas pessoas da família acabam tendo conhecimento do que se passou, assim como os médicos que a atendem na emergência, entre a vida e a morte. Depois disso, no casamento que mantém até hoje, teve mais um filho. Giana é contra o aborto e atribui todas as agruras que viveu desde então ao “pecado” que cometeu.

Amelinha é uma mulher da mesma faixa etária e sua história é perpassada pela militância contra a ditadura civil-militar e pelo feminismo, algo que se estende até hoje. Já tinha dois filhos quando, vivendo como clandestina, se vê grávida novamente. Desta vez, sem titubear, opta pelo aborto que é realizado por um companheiro médico em condições adequadas, embora em plena clandestinidade política. Seu discurso é claro com relação ao direito das mulheres em optar pelo aborto e sua luta continua tendo em vista a liberdade de escolha das mulheres, o que fica evidenciado em seu trabalho como idealizadora e militante da União de Mulheres de São Paulo.

Paloma tem hoje cerca de 35 anos e sua história corresponde a de muitas garotas que tiveram a infância e a adolescência sem problemas materiais e mesmo emocionais. Embora com pais separados, manteve contato com ambos e estudou em boas escolas. Na universidade, se viu diante do ambiente dos movimentos estudantis e se apaixonou por um colega que se tornou seu companheiro. Acabaram engravidando, tendo um filho e, com o apoio dos familiares – apesar das broncas – foram morar juntos. O relacionamento que aos olhos dos amigos era exemplar, na verdade guardava abusos físicos e psicológicos. Uma nova gravidez não planejada quando ainda tinham um bebê, a fez decidir pelo aborto. O procedimento foi feito em uma clínica “top” graças ao apoio financeiro de familiares e não deixou nenhum trauma. O mesmo não pode ser dito do que aconteceu com o parceiro que, ainda no carro, após o procedimento a agrediu fisicamente. Paloma é

totalmente favorável ao direito das mulheres a decidirem por manter ou interromper uma gestação não planejada.

Laila tem a mesma faixa etária de Paloma e suas histórias apresentam similaridades no que diz respeito ao suporte familiar e financeiro. No entanto, diferente da primeira, Laila não vivenciou tão cedo algum relacionamento afetivo mais alongado e foi na vivência cotidiana que conheceu o parceiro com quem passou pelo aborto. Por não terem algo consolidado, dividiram com certa distância a situação e, Laila, que já havia se prevenido com contatos possíveis e economias, realizou o procedimento sem maiores problemas materiais em uma clínica de elite. O mesmo não pode ser dito sobre os sentimentos que vivenciou de solidão e incerteza. É totalmente favorável à descriminalização do aborto e, posteriormente, foi mãe com o companheiro que considerava certo para vivenciar a maternidade.

Janaína, que hoje tem cerca de 40 anos, teve sua história marcada por uma família problemática, embora não tenha apresentado situações de graves problemas financeiros. Envolvida com os estudos, fez duas graduações e em seu relato apresenta uma vivência bastante livre em relação aos relacionamentos amorosos. Teve em sua trajetória duas experiências de aborto, diante das quais teve dúvidas e questionamentos. No entanto, realizou os procedimentos em situações adequadas e sem maiores traumas. Quando em relacionamento estável com o mesmo parceiro, uma nova gravidez a fez decidir pela maternidade. É favorável ao aborto e sua descriminalização, reforçando a importância de políticas públicas que garantam suporte psicológico às pessoas que passam por essa experiência.

Apurando o entendimento sobre a dualidade aborto e maternidade

Buscando especificidades, os recortes temáticos das entrevistas centram atenção nos aspectos subjetivos e particulares, com intenção de retratar denominadores comuns, mas compatíveis com as diferenças pessoais.

No caso de *Giana*, a maternidade apresenta elementos contraditórios. Os cuidados dispensados ao primeiro filho não foram os mesmos com o segundo, que foi criado por um casal que acabou indo embora sem deixar notícias.

Aos 17 anos me envolvi com uma pessoa e fiquei grávida... Sofri muito! Meus pais não aceitaram, fui colocada para fora de casa! Mas, enfim, sempre tive na minha mente que não queria que meu filho se envergonhasse do meu passado! Com esse pensamento fui à luta! [...] Quando meu filho tinha um ano e meio e eu estava com 20 anos, fiquei grávida novamente... Gostava demais do pai dele e voltamos a nos encontrar. Desta vez foi muito mais difícil! [...] Quando meu outro filho estava com dois anos e pouco, eles fugiram com ele. Levaram embora e nunca mais tive notícia. Também não procurei, na verdade...

O aborto aconteceu posteriormente, em decorrência de outro relacionamento. Embora o arrependimento seja realçado em sua fala e mesmo o sentimento de culpa, a necessidade implicada no momento da gestação não planejada garante a elaboração de uma justificativa plausível.

Não tive escolha porque não queria ficar com aquele namorado. Já estava com ele há bastante tempo, mas ele me torturava! Gostava muito de mim, era uma pessoa boa, porém o ciúme era muito forte, ele me sufocava demais! Com certeza eu seria infeliz, não daria certo! Ele não soube que provoquei o aborto, mas quando ficou sabendo, nossa! Chorou muito! Ele achava que eu tinha perdido naturalmente. [...] Se me perguntam se sou a favor ou contra o aborto, sou totalmente contra! Acho que tem que ter uma punição com certeza! No meu caso, como foi sigiloso, me senti punida pela vida. Atribuí todo meu sofrimento e meus maus momentos a isso.

Existe evidentemente o arrependimento, entretanto, as justificativas para abortar configuram explicações que remetem à escolha e tudo o que esta envolve – inclusive a responsabilidade pela culpa que ficou.

Chama atenção, contudo, a relação pessoal com as diferentes experiências de maternidade, sugerindo a necessidade de maior aprofundamento na temática. A não identificação com o segundo filho aponta para a diversidade de sentimentos e interpretações sobre a própria condição e atuação como mãe, o que corrobora com a desnaturalização da maternidade enquanto função ou desejo por parte das mulheres.

Para *Amelinha* maternidade e aborto não são excludentes, sendo ambas as experiências um direito. Embora seu relato não aborde visivelmente os sentidos da maternidade, a visibilidade de sua figura e o contato que mantém com os filhos denota relações que se mantêm a despeito das agruras vivenciadas no seio familiar.

Fiquei longo tempo na clandestinidade e foi nessa época que fiz um aborto. Tive a necessidade de fazer. Tinha dois filhos e era clandestina! Não havia razão para ter mais um filho, eu via que não tinha condições objetivas para criar uma criança. Mal conseguia criar os dois que tinha, imagine mais um! Um companheiro médico fez o aborto em mim em uma casa, com todas as condições e me deu toda a atenção necessária.

Em vista do aborto, contudo, sua posição é enfática.

Fiz um aborto seguro embora vivesse na clandestinidade! O paradoxo é que hoje vejo mulheres precisando fazer um aborto e tendo que fazer de forma insegura e clandestina, mesmo sabendo que vivemos uma democracia! Ainda assim, o aborto continua clandestino! Algo que deveria ser entendido como um direito humano fundamental é realizado na clandestinidade! No meu caso, o aborto foi clandestino porque eu era clandestina! A vida nos havia empurrado para isto, a ditadura não permitia que fosse diferente.

Amelinha é mãe e “aborteira”, sem desconectar tais experiências. Possivelmente a vivência militante favoreça tal situação, o que tem sido indubitavelmente acalento para tantas mulheres. Ao mesmo tempo, importa ressaltar que a visão ativista não necessariamente contempla o olhar de todas as mulheres, inclusive aquelas que passaram por abortos induzidos e que preferem manter tais episódios em segredo ou, ainda, que sofrem por sentimentos de culpa e arrependimento, como é o caso de *Giana*. Neste sentido, o aborto permanece sendo um tabu a ser problematizado na teoria e nas práticas de profissionais que se dedicam à causa.

Paloma desde o princípio demonstra sua felicidade como mãe, o que exprime ao falar da filha hoje adolescente. Embora não tenha planejado a primeira gestação, aceitou a situação como algo positivo, tanto quanto pode vivenciá-la.

Tem várias coisas bacanas de filhos, né... Uma é essa do amor sempre! É muito amor, muito gostoso! Mesmo nessa idade mala que ela está agora... Uma coisa muito louca de ter filho é que é um tapa na cara todo dia... O que

“você é refletido no filho... Quando ele faz uma coisa que você não gosta, mas faz, você olha e ‘puta que pariu!’... Dói até o estômago! Você percebe que precisa mudar necessariamente em você mesmo! Uma terapia nada leve!!! Essa coisa de ter filho é muito legal porque abre a possibilidade de se olhar de outro ângulo e perceber o que é preciso melhorar de verdade. Isso foi e ainda é muito importante!”

Com relação ao aborto também é bastante direta.

Foi um horror esse lance do aborto, meu! Fomos lá, só eu e ele. Uma amiga perguntou se eu queria que ela fosse junto, mas eu disse que daria conta. Nossa, ele ficou putado comigo! Putado! Aí, foi foda! Mas foi a melhor coisa que eu fiz! Apesar do cara ter surtado e tudo mais... Nossa filha era super novinha e o cara não era firmeza como pai. Até hoje não é! Quando vi aquilo tudo... O pai já não é pai de verdade, doidasso! Não vou me prender ainda mais!

A vivência da maternidade que antecedeu o aborto no caso de *Paloma* não foi suficiente para que se lhe valesse a experiência de mais um filho criado solitariamente. A partir de seu relato é possível observar que a experiência da maternidade, assim como da opção pelo aborto envolve outros personagens e não somente a mulher. Seu esclarecimento em relação à interrupção voluntária da gravidez e a tranquilidade diante da decisão que tomou apontam para questões que vão além dos procedimentos médicos que, em seu caso, foram feitos de forma segura. Amplia o escopo da análise para a desigualdade e violência de gênero personificada pelo comportamento do companheiro, o que denota a necessidade de abordar também o papel dos homens nesta experiência.

Em sua história, não foi a questão de classe, raça, ou religião que definiu a opção pelo aborto, embora todas estas permeiem as formas como se deu. Foi o relacionamento abusivo, do qual são vítimas mulheres de diferentes segmentos sociais, etnias ou credos que a fez deixar de ser somente mãe, para ser também ‘aborteira’.

Para Laila a maternidade deveria acontecer em momento ideal e assim foi. Mas no que diz respeito à experiência do aborto, seus dilemas foram evidenciados:

Quando descobri que estava grávida, falei: “Nem pensar!” Apesar disso, foi uma crise porque tenho uma formação espírita kardecista. Embora não tenha uma coisa religiosa, não faça ritos, tenho minha fé! Por isso, foi algo muito difícil! Pensava: “Do que estou abrindo mão?” Nesse momento, rezei e pedi que se tivesse que ser mãe um dia, deus teria que me dar outra chance, porque naquele momento não seria legal...

A decisão tomada foi plenamente de acordo com sua vontade e necessidade naquele momento, ainda que questões de ordem religiosa e ética pairassem em sua reflexão quando nos contou sobre o acontecido tempos depois. O fato de ter feito um aborto não invalidou seu desejo de ser mãe, o que veio a acontecer posteriormente, quando de fato queria ser. Nesse caso também emerge a relevância do parceiro na tomada de decisão, especialmente na ausência deste, algo que expõe importantes argumentos que justificam, inclusive, a retirada dos homens nas discussões sobre aborto e corroboram a naturalização de posicionamentos que não necessariamente são universais.

Laila foi ‘aborteira’ sem arrependimentos, apesar dos receios pessoais, mas tornou-se mãe, o que reforça nossa reflexão que procura dar visibilidade à pluralidade de visões sobre maternidade e aborto e a frequência com que estas se cruzam nas trajetórias das mulheres em nossa sociedade.

Nosso último relato foi feito por *Janaína*, que corrobora a presença do aborto em meio a mulheres jovens universitárias que vivenciam a sexualidade de maneira menos cerceada que as demais. A maternidade inicialmente rejeitada como projeto de vida, não deixa de ser presente nas reflexões mesmo quando da decisão pelo aborto. Como tantas garotas, recorreu ao aborto em momento que não se sentia preparada para ser mãe. Mesmo assim, a falta de assertividade do companheiro foi vista como catalisador para a decisão.

Acabei fazendo um aborto com a instrução de uma amiga num lugar de alto padrão na época. O cara foi comigo e, na sala de espera, perguntei se ele não queria... Ele disse que ali não era mais hora de falar sobre isso, mas rebati dizendo que aquela era a única hora possível porque 20 minutos depois realmente não seria... Ficamos nisso até me chamarem... Até hoje não sei bem o que pensar porque não foi uma decisão de verdade, não cheguei a tomar essa decisão!

Seus problemas de saúde a levaram a recorrer ao mesmo procedimento duas outras vezes, o que não significou que não desejava ser mãe. Ao contrário, lhe conduziu a se preparar fisicamente para a gestação que, quando veio, foi repleta de satisfação.

Fiquei grávida de novo e dessa vez curti a gravidez! Foi tudo super bem e pulei portão até o sexto mês. Mas meus exames sempre deram alguma alteração... Queria ter o parto em casa, mas só tive certeza mesmo quando o último exame deu tudo normal... Minha parteira me passou muita segurança!

Assim, como nos casos de *Paloma* e *Laila*, no de *Janaína* emerge a figura complementar do pai, transparecido no papel do masculino e de sua importância para a tomada de decisões. Se em um primeiro momento tal constatação pode suscitar ou reforçar uma suposta dependência das mulheres em relação aos homens, propomos uma inversão de olhares que busca elucidar o fato de que, assim como a maternidade-paternidade, o aborto é resultado de ações e relações que envolvem ambos. Portanto, optar pelo aborto como forma de não assumir solitariamente a maternidade expressa, sobretudo, autonomia em relação ao tipo de maternidade que se quer viver. Assim foi com estas mulheres que, se inicialmente foram ‘aborteiras’, optaram pela maternidade nas condições em que se sentiram seguras e confiantes de que desejavam ser mães.

Os relatos aqui apresentados são numericamente ínfimos diante da realidade que vivemos. No entanto, cada história contada reflete a experiência de tantas outras e, desta forma, remete à necessidade de serem consideradas de forma humanizada e ‘desestigmatizada’.

Considerações Finais

Em nossa jornada em busca por histórias de vida sobre aborto, nos deparamos com narrativas que foram além e nos fizeram repensar esta experiência tão eminentemente feminina, assim como a maternidade. Sabíamos de antemão que as histórias de aborto trariam sentimentos de culpa

e ressentimento afeitos à conjuntura social que vivemos, que culpabilizam as mulheres que abortam as pintando com tintas de perpetradoras. Sabíamos também que a vitimização poderia aparecer em consonância com discursos militantes que, preocupados com questões de saúde e classe social, atribuem às mulheres que abortam a condição de vítimas de um sistema opressor.

O que de fato encontramos foi tão múltiplo e contraditório, que nos fez repensar uma série de pressupostos que inicialmente embasaram a pesquisa. A coincidência da maternidade e do aborto, já sugerida pelos dados, se fez cenário e história de vida. E as vidas que pudemos adentrar se fizeram aprendizados para refletir sobre temas e políticas públicas.

Primeiramente ser mãe e aborteira é tão comum quanto jamais pensaríamos. Aliás, ser mãe é, em muitos casos, condição para ser aborteira, assim como ser aborteira é situação que aciona a maternidade consciente. Tais experiências não só não são excludentes como se ressignificam quando em conexão. Muitas mulheres que abortaram souberam exatamente o momento para serem mães, assim como tantas que são mães souberam que deveriam abortar. A escolha pela maternidade se fez, assim, o elemento de corte para decidir e encarar a maternidade ou a refutar.

Polarizar as experiências de aborto e maternidade, tal como é feito em tantas ocasiões pelo senso comum, não reflete a realidade expressa pelos relatos subjetivos, onde a convergência dessas vivências é significativa. Ao contrário, reforça o estigma direcionado às mulheres que recorrem ao aborto, como se a recusa ocasional da maternidade significasse a recusa total ou mesmo a aversão a crianças e, em última instância, confere a tais personagens o rótulo de perpetradoras.

É possível que este significado simbólico iniba aquelas que, já sendo mães e se utilizem do recurso do aborto, expressem publicamente suas percepções. O silêncio é ampliado pela criminalização, que acrescenta o medo

à vergonha muitas vezes associada a esta prática. A convergência de maternidade e aborto, neste sentido, inspira certo constrangimento, muito vinculado a um discurso estigmatizante e criminalizante. Afinal, como pode uma mulher, que sabe da ‘alegria’ de ser mãe e do ‘amor incondicional’ pelo filho, se tornar uma ‘aborteira’? E qual não seria o absurdo de uma ‘aborteira’ se dedicar à maternidade e se sentir feliz e satisfeita?

Estas perguntas com tantas aspas conduzem à necessidade de ‘complexificar’ diferentes aspectos relacionados à maternidade. Primeiramente a suposta felicidade na maternidade, realçada pelo dito popular ‘ser mãe é padecer no paraíso’. As dificuldades e sofrimentos seriam menores diante da satisfação e perfeição relacionadas à ideia de paraíso. Será que todas as mulheres vivem a maternidade da mesma forma e lhe atribuem os mesmos sentimentos e significados?

O pressuposto de amor incondicional aos filhos, por sua vez, remete à naturalização do papel de mães atribuído socialmente às mulheres. O aborto seria, assim, uma aberração, considerado algo que foge à normalidade. Não é por acaso que as ‘aborteiras’ são vistas como mães desnaturadas. O mesmo acontecendo com mulheres que, sendo mães, se arrependem da maternidade. Isto não significa, contudo, se arrependerem dos filhos ou de se dedicarem às relações que com estes constroem ao longo da vida, mas confere visibilidade à pluralidade de sentimentos e percepções acionadas quando o foco está na autonomia das mulheres sobre seus corpos e seus destinos, seus sonhos e desejos íntimos.

Nesse sentido, o arrependimento pode ajudar a abrir o caminho para romper com a ideia de que as mães são objetos cujo propósito é servir constantemente aos outros, vinculando estreitamente seu bem-estar ao dos filhos em vez de reconhecê-las como sujeitos individuais, donas de seu corpo, seus pensamentos, suas emoções, sua imaginação e suas memórias, e capazes de determinar se tudo isso valeu a pena ou não. (Orna DONATH, 2017, p. 14)

A existência de ‘mães arrependidas’, assim como a quantidade de abortos inspira o questionamento de tais pressupostos. Os números, porém,

são incapazes de revelar o que está por trás dos sentidos dos abortos: suas motivações, justificativas e como estas mulheres interpretam a própria experiência.

Os trabalhos de História Oral são promissores na medida em que nos aproximam das histórias de aborto, em particular na transparência de questões nem sempre reveladas. Os relatos permitem que haja diferentes maneiras de compreender o mesmo fenômeno. Em nossa pesquisa notamos a recorrência da experiência do aborto precedendo ou sucedendo a de maternidade. Cada história apresenta diferentes elementos motivadores... Mas há algo que as une... No caso de quem já era mãe, remete à avaliação ponderada sobre as condições apropriadas (para cada uma) para o exercício de uma maternidade “saudável” (em todos os sentidos).

Daí sendo possível depreender a noção de responsabilidade, muito diferente do que se costuma imprimir às mulheres que abortam. Esta autonomia na decisão se refere ainda à capacidade das mulheres em avaliar e agir sobre sua existência e a das pessoas que vivem sob sua responsabilidade e cuidados. Todos estes pontos remetem menos à ideia de vítima que de agente consciente.

No que diz respeito à noção de vítima, temos uma das mais importantes abordagens sobre o aborto. Na linha completamente inversa à da perpetradora, a vítima seria sujeito carente de direitos e agência. Deste modo, diferentes segmentos que lutam pela descriminalização do aborto se valem de um discurso que ressalta índices de mortalidade e vulnerabilidade, explorando clivagens de classe social, raça e gênero para justificar a necessidade de políticas públicas que contemplem tal problema, compreendido como questão de saúde pública.

Curiosamente os dados evidenciam os dois lados dessa moeda. Por seu número alarmante, denota grande quantidade de ‘aborteiras’, inclusive que

já são mães. Ao mesmo tempo rotula, através do perfil de mulheres que abortam tanto quem é mais vulnerável e vítima, quanto quem é perpetradora.

Neste sentido, as mulheres mais pobres, negras e jovens são tidas como vítimas e perpetradoras – em ambas as situações reforçando o estigma de tal grupo. Estas informações, como vimos, podem ser multiplamente interpretadas e apropriadas – seja criminalizando ou lutando pela descriminalização.

O ponto que nos toca, contudo, se refere à convergência de tais aspectos em uma mesma trajetória. Como lidar, diante de tamanha pressão social, com esta suposta contradição? Como se sentem as mães e aborteiras? Vítimas ou perpetradoras?

Entendemos que elas não são nem vítimas, nem perpetradoras. As mulheres que abortam e são mães ou se tornam mães são *sujeitas* imersas em seu tempo e contexto histórico-cultural. Não se sentem vítimas, pois expressam sua responsabilidade sobre as consequências de seus atos – mesmo que tenham sofrido física e psicologicamente. Não se consideram perpetradoras, uma vez que reconhecem a necessidade do aborto em suas histórias de vida.

As narrativas coletadas através dos procedimentos da História Oral e analisadas partindo das bases da História Política e dos Estudos de Gênero abrem portas e janelas para histórias que não começam nem terminam com o aborto ou mesmo com a maternidade e justamente por isso humanizam tais experiências, promovendo revisões sobre o mesmo tema e ajudando a desconstruir estigmas e estereótipos.

Reconhecer que aborto e maternidade não são excludentes pode nos ajudar a refletir sobre os discursos produzidos e as políticas que precisam ser elaboradas. A criminalização, a religião, as opiniões de familiares e companheiros não são, como nunca foram, impedimentos para uma mulher

decidir ser mãe ou deixar de ser. Ao final, o que estas histórias mostram é que as mulheres têm exatamente a dimensão do que querem e podem fazer e ser. O aborto e a maternidade são e devem ser encarados tão somente como escolhas individuais e pessoais de cada indivíduo.

Referências

- BERQUÓ, Elza. *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003[lcc1]
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Aborto e Saúde Pública no Brasil – 20 anos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009
- CAVALCANTE, Alcilene; XAVIER, Dulce. *Em defesa da vida: aborto e direitos humanos*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006
- DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Rev. Ciências & Saúde Coletiva* [online], RJ, v. 22, n. 2, 2017, p. 653-660. Disponível em [SciELO - Brasil - Pesquisa Nacional de Aborto 2016 Pesquisa Nacional de Aborto 2016](#). Acesso em 12/04/2022
- DONATH, Orna. *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017
- EMMERICK, Rulian. *Aborto (des)criminalização, direitos humanos, democracia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008
- EVANGELISTA, Marcela Boni. *Dilemas da (sobre)vida: o aborto*. 2017. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- EVANGELISTA, Marcela Boni; COUTINHO, Aline Beatriz. Direito e Reprodução: entrelaçamentos sobre aborto e autonomia nos Oitocentos. *Rev. Projeto História*, São Paulo, v. 72, 2021, p. 161-181. Disponível em [Vista do Direito e reprodução \(pucsp.br\)](#). Acesso em 12/04/2022
- GALEOTTI, Giulia. *História do Aborto*. Lisboa: Edições 70, 2003.

MAIA, Mônica (Org.). *Direito de Decidir: múltiplos olhares sobre o aborto*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008[lcc2]

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MATOS, Maurílio. *A criminalização do aborto em questão*. São Paulo: Editora Almedina, 2010[lcc3]

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Aborto e Democracia*. São Paulo: Alameda, 2016

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014

PEDRO, Joana (Org.). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto ao infanticídio no século XX*. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2003.

PEDRO, Joana. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Rev. Brasileira de História* [online], SP, v. 26, n. 52, 2006, 249-272. Disponível em [SciELO - Brasil - Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos \(1970-1978\) Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos \(1970-1978\)](#). Acesso em 12/04/2022

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2015

PRADO, Danda. *O que é aborto*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007

RÉMOND, René. *História Política*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

ROHDEN, Fabíola. *A Arte de Enganar a Natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Rev. Estudos Feministas* [online], Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004. Disponível em [n2a03.pmd \(scielo.br\)](#). Acesso em 12/04/2022.

SCOTT, Joan. *Gênero e história*. Ciudad de México: FCE – Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, (1986) 1995, p. 71-99. Disponível em [Vista do Gênero: uma categoria útil de análise histórica \(ufrgs.br\)](#). Acesso em 12/04/2022

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção de um feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013[lcc4]

VILLELA, Wilza; BARBOSA, Regina. *Aborto, saúde e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP, 2011

Recebido em dezembro 2025
Aprovado em janeiro de 2026.